

**AS PROPRIEDADES PROSÓDICAS DA ORAÇÃO RELATIVA
PADRÃO SOB A ABORDAGEM DA GRAMÁTICA
DISCURSIVO-FUNCIONAL**

*THE PROSODIC PROPERTIES OF RELATIVE STANDARD CLAUSES
UNDER THE FUNCTIONAL DISCOURSE GRAMMAR APPROACH*

Juan Prete TOJEIRA-RAMOS¹, Erotilde Goreti PEZATTI²

RESUMO: A proposta deste estudo é verificar, sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008; KEIZER, 2015), as propriedades prosódicas das orações relativas padrão (TARALLO, 1983), restritiva e apositiva, com o objetivo de determinar se a diferença detectada entre elas nos níveis de formulação se reflete na codificação fonológica. Para tanto, tomam-se os gêneros Narrativa de Experiência e Relato de Opinião de inquiridos do *Banco de Dados Iboruna*. Os resultados mostram que a relativa restritiva constitui uma Frase Fonológica e a apositiva, uma Frase Entonacional.

PALAVRAS-CHAVE: oração relativa; prosódia; codificação fonológica.

ABSTRACT: The purpose of this study is to verify, from the perspective of Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008; KEIZER, 2015), the prosodic properties of standard relative clauses (TARALLO, 1983), restrictive and appositive, in order to determine whether the difference detected between them in the levels of formulation is reflected in the phonological coding. For that, the genres Narrative of Experience and Opinion Report of surveys from the *Iboruna Database* are used. The results show that the relative restrictive constitutes a Phonological Phrase and the appositive, an Intonation Phrase.

KEYWORDS: relative clause; prosody; phonological coding.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Letras, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. Bolsista da Fapesp (processo n. 2020/15623-7). E-mail: juan.tojeira@unesp.br.

² Professora Associada do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, PPG em Estudos Linguísticos, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. Bolsista PQ/CNPq (processo n. 305603/2021-3). E-mail: erotilde.pezatti@unesp.br.

1 Introdução

O objetivo do projeto de pesquisa a que este trabalho está vinculado, intitulado *O uso dos pronomes relativos no português falado e escrito por adolescentes no interior do estado de São Paulo* (TOJEIRA-RAMOS, 2021; 2022), vigente de maio de 2021 a abril de 2022, com auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp/Proc. Nº. 2020/15623-7), é investigar, sob a abordagem da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008; KEIZER, 2015), o emprego dos pronomes relativos por jovens em idade escolar do noroeste paulista, nas modalidades falada e escrita do português. O trabalho aqui apresentado descreve os aspectos prosódicos das orações relativas padrão (restritiva e apositiva), em que ocorre, segundo Tarallo (1983, *apud* OLIVEIRA-CODINHOTO, 2016, p. 45), uma regra de movimento da palavra *qu-* para a posição de especificador.

Como universo de pesquisa, são utilizados os gêneros Narrativa de Experiência e Relato de Opinião dos inquéritos AC-011, AC-015 e AC-016 do *Banco de Dados Iboruna*, organizado pelo Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves, com auxílio da Fapesp (Proc. Nº. 03/08058-6), resultante do Projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista). Foram levantadas as ocorrências que contêm, nos termos da tradição gramatical normativa, uma oração subordinada adjetiva desenvolvida (restritiva ou explicativa).

De acordo com a Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), a oração relativa restritiva especifica o sentido do sintagma nominal em que está encaixada, acrescentando-lhe alguma informação importante para a construção ou identificação da referência, definindo-se no Nível Representacional (CAMACHO, 2016, p. 250). Já a oração relativa apositiva, tradicionalmente chamada de “explicativa”, fornece, pragmaticamente, uma informação acessória a um Subato Referencial, introduzido no Ato Discursivo Nuclear, tendo uma função retórica intitulada Aposição, o que a define no Nível Interpessoal (CAMACHO, 2016; TOJEIRA-RAMOS; PEZATTI, 2021).

O objetivo deste estudo é verificar os aspectos prosódicos das orações relativas padrão (restritiva e apositiva), a fim de determinar se a distinção identificada entre essas estruturas nos níveis Interpessoal e Representacional se

reflete na codificação fonológica e, conseqüentemente, no Componente de Saída Acústico. Para atingir tal propósito, utiliza-se o programa computacional *Praat*, desenvolvido por Paul Boersma e David Weenink, do Instituto de Ciências Fonéticas da Universidade de Amsterdã, Holanda.

Este artigo encontra-se organizado do seguinte modo: depois das considerações iniciais, é apresentado o tratamento dado às orações adjetivas (ou relativas) pela literatura gramatical e linguística; posteriormente, são explicitados os pressupostos teóricos da GDF, enfocando o Nível Fonológico; em um terceiro momento, é apresentada uma breve caracterização das orações relativas, a partir de trabalhos que mobilizam a abordagem discursivo-funcional; por fim, antes das considerações finais, é demonstrada uma análise de natureza prosódica das construções em investigação.

2 As orações adjetivas na literatura gramatical e linguística

Rocha Lima (2012, p. 336), de um ponto de vista tradicional, afirma que as orações adjetivas podem ser subclassificadas em *restritivas* e *explicativas*.

A oração adjetiva restritiva, segundo Rocha Lima (2012, p. 336), tem como função “delimitar o antecedente, com o qual forma um todo significativo”. Para o autor, essa construção não pode ser omitida, sob pena de a oração principal ficar prejudicada no que diz respeito à sua compreensão, como se vê em (1).

(1) Os pecadores / *que se arrependem* / alcançam o perdão de Deus.

Com base em Rocha Lima (2012, p. 336), não se pode dizer que, em (1), “todos e quaisquer pecadores alcançam o perdão de Deus”, haja vista que a afirmação se restringe apenas aos pecadores arrependidos (*que se arrependem*). Desse modo, nas palavras do autor, “essa oração adjetiva se faz necessária, *juntamente com o seu antecedente*, para a justa expressão do nosso pensamento” (ROCHA LIMA, 2012, p. 336, grifo do autor).

No que diz respeito às orações adjetivas explicativas (ou apositivas), Bechara (2019, p. 490) afirma que esse tipo de sentença “alude a uma

particularidade que não modifica a referência do antecedente e que, por ser mero apêndice, pode ser dispensada sem prejuízo total da mensagem”. De acordo com o autor, na língua falada, a oração adjetiva explicativa aparece expressa por uma pausa com relação ao antecedente e, na língua escrita, é marcada por adequado sinal de pontuação, em geral, entre vírgulas, conforme a ocorrência em (2). Nesse exemplo, segundo Bechara (2019, p. 491), a oração adjetiva explicativa denuncia que, na narração, havia somente um homem, de forma que a declaração *que vinha a cavalo* pode ser dispensada.

(2) O homem, *que vinha a cavalo*, parou defronte da igreja.

Souza-e-Silva e Koch (2011, p. 151), por sua vez, afirmam que as orações relativas apositivas se distinguem também das restritivas por fatores de natureza semântica e pragmática. Conforme as autoras, as relativas restritivas indicam limitação na referência ao antecedente, ou seja, realizam uma “asserção sobre um subconjunto do conjunto universo a que este se refere” (SOUZA-E-SILVA; KOCH, 2011, p. 151), como em (3), enquanto as apositivas fazem uma asserção a respeito de “todos os elementos do conjunto representado pelo antecedente (que pode ser, evidentemente, um conjunto unitário)” (SOUZA-E-SILVA; KOCH, 2011, p. 151), não realizando, pois, qualquer delimitação, conforme se vê em (4).

(3) As obras-primas que foram premiadas são valiosas. (apenas aquelas que foram premiadas, *não* todas)

(4) As obras-primas, que foram premiadas, são valiosas. (*todas* as obras-primas foram premiadas)

Neves (2011, p. 375) discute a diferença entre as orações adjetivas restritivas e as explicativas ao fazer uma comparação entre enunciados introduzidos pelo pronome relativo *que*, como é o caso dos exemplos em (5) e (6). De acordo com a autora, na ocorrência em (5), há uma oração adjetiva restritiva, em que a informação inserida consiste em especificar um subconjunto dentro do conjunto de empresas, isto é, restringe o número de empresas que

conseguiram reduzir seus preços nos últimos dois anos; enquanto em (6), marcada por uma oração adjetiva explicativa, a informação inserida é complementar, não identificando nenhum subconjunto dentro do conjunto de empresas, ou seja, introduz uma informação suplementar.

(5) De acordo com um levantamento da Trevisan, as empresas *QUE trabalham em setores mais competitivos* conseguiram reduzir seus preços entre 15% e 22% nos últimos dois anos. (VEJ)

(6) De acordo com um levantamento da Trevisan, as empresas, *QUE trabalham em setores mais competitivos*, conseguiram reduzir seus preços entre 15% e 22% nos últimos dois anos.

Câmara (2015b, p. 25) aponta que a intuição a respeito de uma possível distinção prosódica entre orações relativas restritivas e apositivas já se encontra há tempos na tradição gramatical (CUNHA; CINTRA, 2008; BECHARA, 1999), na medida em que se defende o fato de a relativa apositiva se ligar ao antecedente por meio de pausa. A autora afirma que, conforme os manuais de gramática, a diferença prosódica dessas construções deve ser indicada, na língua escrita, por vírgula, separando, assim, a oração relativa do antecedente. Além disso, nesses manuais, é “comum apresentar-se uma correlação por *default*: se tem vírgula, é apositiva; se não tem, é restritiva” (CÂMARA, 2015b, p. 25).

Nesse estudo, propõe-se uma descrição discursivo-funcional no que tange às propriedades prosódicas das orações relativas padrão, restritiva e apositiva, com o objetivo de determinar se a diferença detectada entre elas nos níveis Interpessoal e Representacional se reflete na codificação fonológica. Na próxima seção, são apresentados, ainda que de modo resumido, os fundamentos teóricos da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008; KEIZER, 2015), enfocando as particularidades do Nível Fonológico.

3 Fundamentação Teórica

3.1 A GDF³

³ Texto extraído e adaptado da seção *Uma questão interacional*, que integra o artigo de Pezatti (2013).

O modelo funcionalista aqui adotado, a GDF, assume o pressuposto de que as propriedades de enunciados linguísticos são adaptáveis aos objetivos comunicativos que o usuário de língua, na interação com outros usuários, procura alcançar ao usar tais enunciados. Assim, a GDF (HENGEVELD, 2004a, 2004b) é entendida como uma arquitetura modular, com uma organização descendente, ou seja, do discurso para a forma das expressões linguísticas, pois considera que a construção de expressões linguísticas se inicia na codificação da intenção do Falante e se desenvolve até a articulação. Essa direção é motivada pela concepção de que um modelo de gramática será mais eficaz quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento linguístico no indivíduo, um processo descendente, conforme mostram estudos psicolinguísticos (LEVELT, 1989).

A arquitetura geral da GDF é constituída de quatro componentes: o Conceitual, o Contextual, o Gramatical e o de Saída (cf. Figura 1, a seguir).

O Componente Conceitual é pré-linguístico. Nele, a intenção comunicativa (por ex.: aviso de perigo) e a representação mental correspondente (por ex.: o evento causador de perigo) são relevantes. O Componente Gramatical, por sua vez, constitui a gramática de uma língua natural. Por meio da operação de formulação, essas representações conceituais são traduzidas em representações pragmáticas, no Nível Interpessoal, e semânticas, no Nível Representacional. As regras usadas na formulação são específicas de cada língua. Como resultado, representações conceituais similares podem receber representações pragmáticas e semânticas distintas em diferentes línguas.

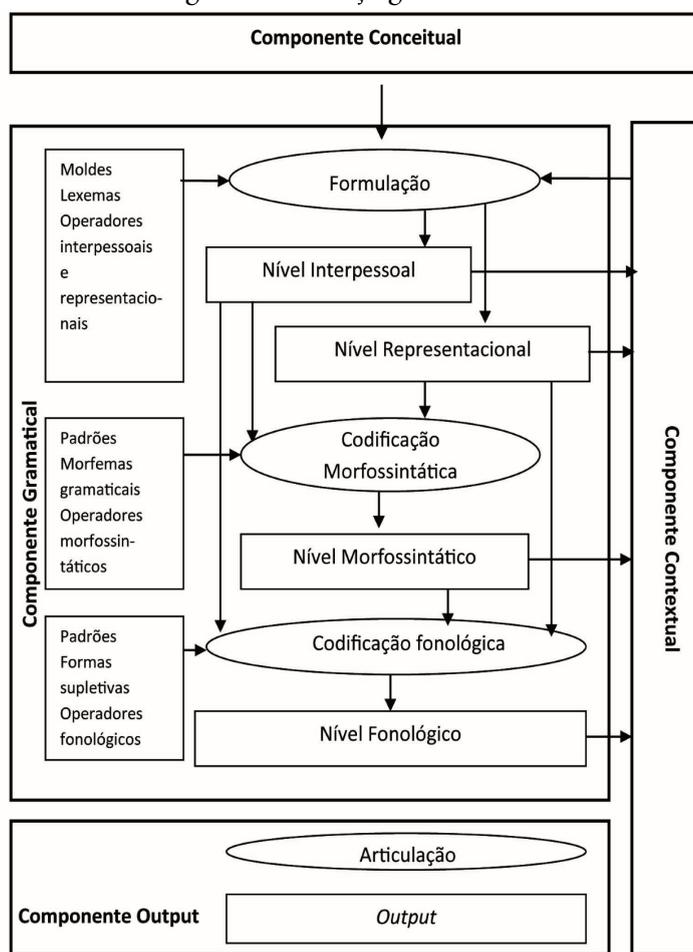
As regras de formulação fazem uso de um conjunto de primitivos que contêm moldes, lexemas e operadores.⁴ As configurações nos níveis Interpessoal e Representacional são traduzidas em estruturas morfossintáticas na codificação morfossintática. As regras de codificação morfossintática caem em um conjunto de primitivos que contêm padrões morfossintáticos, morfemas gramaticais e operadores morfossintáticos. Similarmente, as estruturas dos níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático são traduzidas em estrutura fonológica no

⁴ Os primitivos consistem em blocos de construção para seus respectivos níveis de aplicação (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 19).

Nível Fonológico e, conseqüentemente, no Componente de Saída. As regras de codificação fonológica deságuam em um conjunto de primitivos que contêm padrões fonológicos, formas supletivas e operadores fonológicos.

Ao organizar o Componente Gramatical desse modo, a GDF considera a abordagem funcional de língua em seu extremo lógico: dentro da organização descendente da gramática, a pragmática comanda a semântica, a pragmática e a semântica comandam a morfossintaxe e a pragmática, a semântica e a morfossintaxe governam a fonologia.

Figura 1 – Esboço geral da GDF



Fonte: adaptado de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 13).

O Nível Fonológico, que é mais bem apresentado na próxima subseção, é o *input* para a operação de articulação, que, no caso de um Componente de Saída Acústico (diferentemente da escrita ou da língua de sinais), contém regras

fonéticas necessárias para alcançar um enunciado adequado. Sendo assim, a articulação ocorre fora da gramática propriamente dita.

Os vários níveis de representação dentro da gramática alimentam o Componente Contextual, capacitando subsequente referência a vários tipos de entidades relevantes para cada um desses níveis uma vez introduzidos no discurso. O Componente Contextual alimenta as operações de formulação e codificação, ao disponibilizar antecedentes, referentes visíveis e participantes do ato de fala que podem influenciar a composição do Ato Discursivo subsequente. Para criar uma especificação contextual, o Ouvinte tem de reconstruir todos os níveis de representação com base no *output* real da gramática, i. e., o enunciado fonético, no caso da língua falada. A GDF parte da perspectiva da produção linguística e concentra-se no Componente Gramatical.

Os quatro níveis de representação são hierarquicamente estruturados em camadas de vários tipos. A mais alta camada do Nível Interpessoal é o Movimento, que consiste em um ou mais Atos Discursivos; um Ato Discursivo é, por sua vez, organizado sobre um esquema ilocucionário, que contém dois Participantes do Discurso, Falante e Ouvinte, e o Conteúdo Comunicado, composto, por seu turno, de Subatos. Cada Subato é uma forma de ação comunicativa do Falante, que pode ser uma tentativa de evocar uma propriedade, denominado Subato de Atribuição, ou de evocar um referente, ou seja, um conjunto nulo, único ou múltiplo de entidades, denominado de Subato de Referência.

No Nível Representacional, a unidade mais alta é o Conteúdo Proposicional, que contém um ou mais Episódios, que, por sua vez, contêm um ou mais Estados de Coisas, organizados em Propriedade, Indivíduo, Lugar, Tempo, Modo, Quantidade e Razão.

O Nível Morfossintático é responsável pelas representações estruturais em termos de propriedades lineares das unidades linguísticas e, similarmente a outros níveis, é hierarquicamente organizado em Expressão Linguística, Oração, Sintagma e Palavra.

Cada um dos níveis de representação dentro do Componente Gramatical é estruturado de modo próprio. O que todos eles têm em comum é uma organização hierarquicamente ordenada em camadas. Cada camada é composta

de um núcleo (obrigatório), que pode ser restringido por um modificador (opcional), especificado por um operador e ter uma função. Núcleos e modificadores representam estratégias lexicais, enquanto operadores e funções representam estratégias gramaticais. Função é sempre relacional e ocorre entre unidades da mesma camada, já o operador se aplica a uma unidade em si mesma.

A intenção do Falante não surge em um *vacuum*, mas sim em um multifacetado contexto comunicativo. Uma dessas facetas constitui o Componente Contextual, que contém dois tipos de informação: (1) a informação imediata (de curto prazo) recebida do Componente Gramatical relativa a um enunciado particular, que é relevante para a forma que os enunciados subsequentes assumem; (2) informações de longo prazo sobre a interação corrente, que é relevante para as distinções que são requeridas na língua em uso e que influenciam a formulação e a codificação nesta língua.

A GDF admite que fatores relativos a questões de gênero, registro, estilo, etc. são aspectos do contexto de interação que podem ter impactos sobre as escolhas linguísticas do Falante. Assim, somente quando o contexto tem um impacto sistemático sobre as escolhas gramaticais disponíveis para o Falante na formulação é que esses aspectos merecem explicação.

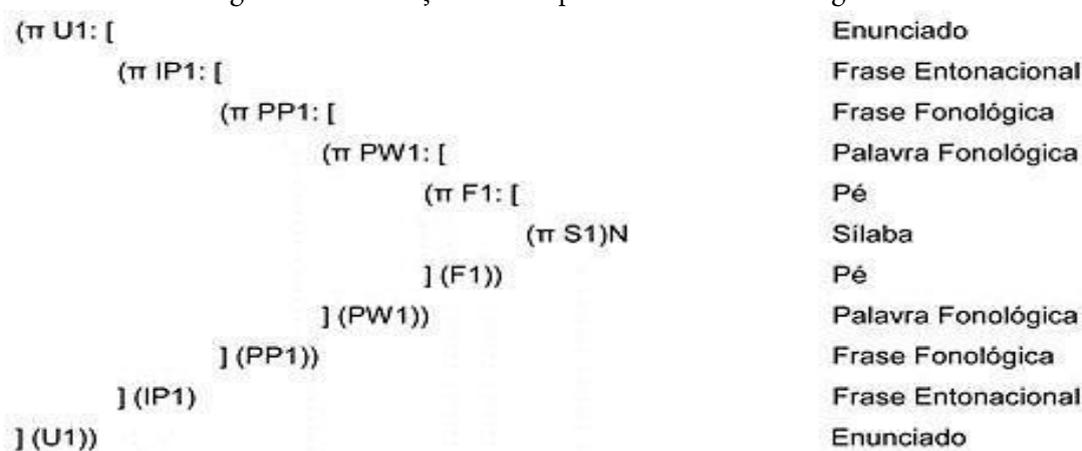
3.2 O Nível Fonológico na GDF

Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 62) afirmam que o Nível Fonológico é responsável pelos aspectos da codificação não abrangidos pelo Nível Morfossintático. Esse nível recebe o *input* – parte dele já na forma fonêmica – dos níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático e fornece o *input* para o Componente de Saída. Diferentemente do Componente de Saída Acústico, que trata de questões “análogas”, como frequência dos formantes, intensidade, duração e características espectrais, esse nível de organização linguística é “digital”, contendo, assim, “representações em fonemas que são, em última análise, baseadas em oposições binárias fonológicas” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 62).

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 62), os primitivos com os quais o Nível Fonológico opera são: (a) “os padrões prosódicos que se aplicam

em cada camada de análise”; (b) “um inventário das sequências segmentais (o léxico gramatical) que expressam configurações específicas de morfemas ou marcadores de posição [*placeholders*] introduzidos em outros níveis”; (c) e “um conjunto de operadores terciários que terão seu efeito final no componente de saída”. A representação da estratificação do Nível Fonológico está ilustrada na Figura 2.

Figura 2 – As relações hierárquicas do Nível Fonológico



Fonte: adaptada de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 432).

Como se vê no esboço acima, as camadas hierárquicas do Nível Fonológico são o Enunciado (U), a Frase Entonacional (IP), a Frase Fonológica (PP), a Palavra Fonológica (PW), o Pé (F) e a Sílabas (s). Parte desse modelo hierárquico também está presente no arcabouço da Fonologia Prosódica desenvolvido por Nespor e Vogel (1986), conforme a Figura 3, a seguir.

Figura 3 – Esquema da Fonologia Prosódica



Fonte: adaptado de Nespor e Vogel (1986, *apud* FONSECA, 2020, p. 351).

Câmara (2015b, p. 26, grifo da autora) considera que o primeiro ponto de aproximação entre essas duas teorias é que “a GDF se preocupa em fornecer uma *formalização rigorosa* dos aspectos comunicacionais e, para isso, parte justamente dos domínios prosódicos propostos por Nespor e Vogel (1986) para o Nível Fonológico”. A autora aponta que, no modelo gerativo da Fonologia Prosódica, os constituintes prosódicos são definidos especialmente a partir de “constituintes da morfologia e da sintaxe (sem haver necessariamente uma relação unívoca entre eles), mas também por certas informações contidas no componente semântico” (CÂMARA, 2015b, p. 26). Por fim, conforme a autora, o segundo ponto em comum entre a GDF e a Fonologia Prosódica é a *organização hierárquica* dos constituintes fonológicos nas duas teorias.

3.2.1 Conceitos pertinentes para este estudo

3.2.1.1 O Enunciado

O Enunciado, conforme Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 63), é o maior trecho de discurso abrangido pelo Nível Fonológico. Os autores, fundamentando-se em Hayes (1989, p. 219), afirmam que um Falante tende a utilizar “pausas mais substanciais para separar enunciados de frases entonacionais; essas pausas mais longas nunca serão interpretadas pelo ouvinte como hesitações” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 63).

Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 62), apoiando-se em Brown e Yule (1983, p. 101), indicam que um Enunciado pode apresentar distinções de altura (*paratons*) que contribuem para marcá-lo como um grupo autônomo de Frase Entonacional. A GDF representa esses tipos de distinções como operadores da variável (υ). Além disso, os autores apontam, a partir do trabalho de Venditti (2005, p. 191), que o Componente de Saída Acústico é capaz de reagir a uma fronteira de Enunciado, inserindo fenômenos como abaixamento da frequência fundamental final, alongamento segmental, voz crepitante (*creaky voice*), redução da amplitude, pausas longas e contornos de “finalidade” estilizados.

3.2.1.2 A Frase Entonacional

A Frase Entonacional se caracteriza pela presença de propriedades internas e externas.

Internamente, ela apresenta um núcleo, isto é, um movimento de altura localizado em uma ou mais Sílabas, essencial para a sua caracterização como um todo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 432).⁵ A GDF representa esse movimento tonal global como um operador – (f), de queda (*falling*), ou (r), de subida (*raising*) – sobre a variável IP (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 63).

Externamente, uma Frase Entonacional é separada de outras Frases Entonacionais por uma pausa, geralmente menos longa do que aquela utilizada para separar Enunciados uns dos outros (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 432). Segundo Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 63), no Componente de Saída Acústico, pode haver mais indicações rítmicas ou de duração.

A integração gradual de Atos Discursivos dentro de um Movimento pode ser refletida na perda das fronteiras da (IP) dentro do Enunciado, como apontam Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 63).

3.2.1.3 A Frase Fonológica

A Frase Fonológica, conforme Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 64), contém, em línguas acentuais, como é o caso do português e do inglês, uma Sílabas que é mais fortemente acentuada do que as outras. Para os autores, essa Sílabas nuclear é, geralmente, o local principal para a queda ou subida global no interior da Frase Entonacional.

Em línguas tonais, por sua vez, como é o caso do mandarim, em que o movimento tonal é empregado para distinções lexicais, as Frases Fonológicas apresentam “uma *raison d’être* diferente, a saber, o domínio de sândi tonal” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 64, grifo dos autores).

⁵ A altura (*pitch*), segundo Silva (2015, p. 175), diz respeito “ao efeito acústico produzido pela frequência de vibração das cordas vocais”. De modo geral, é possível dizer que, “quanto mais alta for a frequência de vibração das cordas vocais”, “mais alto será o *pitch*” (SILVA, 2015, p. 175).

As camadas mais baixas do Nível Fonológico são a Palavra Fonológica, o Pé e a Sílabas, que não serão tratadas, visto não serem pertinentes para o trabalho aqui desenvolvido.

A próxima seção fornece uma breve apresentação das orações relativas restritivas e apositivas sob a perspectiva da GDF.

4 As orações relativas restritivas e apositivas na GDF

Camacho (2016, p. 250), apoiando-se em Hengeveld e Mackenzie (2008), afirma que as orações relativas aparecem sempre como construções morfossintaticamente encaixadas em um sintagma nominal.

Tojeira-Ramos e Pezatti (2021), assim como Camacho (2016), seguindo Hengeveld e Mackenzie (2008), consideram que a oração relativa apositiva se configura, no Nível Interpessoal, como um Ato Discursivo Subsidiário com função retórica de Aposição, haja vista que fornece uma informação de fundo a um Subato Referencial, introduzido no Ato Discursivo Nuclear. Na ocorrência em (7), por exemplo, o Ato Discursivo Subsidiário *que era super LONge* acrescenta uma informação complementar ao Subato de Referência *a casa da colega dela* contido no Conteúdo Comunicado do Ato Discursivo Nuclear *aí nós fomo(s) lá na casa da colega dela*.

(7) [Doc.: ((risos))] *aí nós fomo(s) lá na casa da colega dela **que era super LONge**... fomo(s) lá buscamos o aparelho... aí graças a Deus num vai precisá(r) comprá(r) mais* (AC-016; NE: L. 41-43)

Câmara (2015a, p. 165) afirma que a oração relativa apositiva se define no Nível Interpessoal, responsável pelas distinções pragmáticas, “como um Ato Discursivo em relação de dependência pragmática com outro Ato Discursivo”, como visto anteriormente. De acordo com a autora, o estatuto de Ato Discursivo é atestado, dentre outros fatores, pela possibilidade de a relativa apositiva (i) apresentar ilocução particular; (ii) permitir elementos próprios da camada do Ato Discursivo; (iii) e poder modificar núcleos ausentes, como é o caso dos nomes próprios e dos pronomes pessoais.

De acordo com Camacho (2016, p. 252), os conjuntos unitários não admitem restrição, o que faz com que a função da oração relativa apositiva seja somente a de fornecer uma especificação complementar ao núcleo nominal. Câmara (2016, p. 328) aponta que o estatuto de Ato Discursivo da relativa apositiva se comprova em razão de ela ser produzida com *status* ilocucionário e contorno de entonação independentes do sintagma nominal.

A oração relativa restritiva, por sua vez, é, segundo Pezatti e Câmara (2014, p. 167), formulada “como um modificador cuja função é possibilitar que o ouvinte selecione o referente adequado dentre outros referentes possíveis”, estabelecendo, assim, uma relação semântica de especificação entre o núcleo nominal e a oração relativa (CÂMARA, 2015a, p. 88). Câmara (2015a, p. 88) afirma que é “justamente essa função que leva vários gramáticos a defenderem que a omissão da oração relativa prejudica o sentido da sentença”. Sendo assim, ao omitir a relativa restritiva, sem que haja outras expressões delimitadoras, “torna-se impossível para o Ouvinte identificar o referente adequadamente” (CÂMARA, 2015a, p. 88).

De acordo com Camacho (2016, p. 250), a oração relativa restritiva especifica o sentido do sintagma nominal em que está encaixada, acrescentando-lhe, conforme visto anteriormente, alguma informação importante para a construção ou identificação da referência, definindo-se no Nível Representacional. Na ocorrência em (8), por exemplo, a oração *que fazem bagunça na aula dele* especifica o núcleo do sintagma nominal *os alunos*.

- (8) na aula dele acaba se dan(d)o bem... *os alunos que fazem bagunça na aula dele* tem um medo dele porque ele é nervoso sabe? na hora que é pra sê(r) nervoso ele é mesmo (ele é grosso)... (AC-016; RO: L. 476-478)

Camacho (2012, p. 194), ao tratar das orações relativas restritivas e das apositivas, afirma que, morfossintaticamente, essas estruturas são idênticas. O autor, fundamentando-se em Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 284-285), aponta que o Nível Morfossintático tem, portanto, o papel de atribuir o mesmo molde aos dois tipos de orações relativas; já o Nível Fonológico é responsável por

assegurar que o estatuto subsidiário (Aposição) encaixado na apositiva esteja refletido na prosódia.

Desse modo, segundo Camacho (2012, p. 194), o que as difere e lhes imprime as distinções oriundas do Nível Interpessoal é que a restritiva assume o mesmo contorno de entonação que o da oração principal, da qual é parte integrante, enquanto a apositiva tem o estatuto de Ato Discursivo Subsidiário com a função retórica Aposição refletido na prosódia por uma entonação particular, como é visto adiante por meio de ferramentas computacionais.

Na próxima seção, são apresentados os aspectos prosódicos das orações relativas padrão. Evidencia-se que, apesar de o suporte teórico principal para a análise dos aspectos prosódicos dessas estruturas ser o da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008; KEIZER, 2015), esta seção não se limita ao arcabouço de linha holandesa, haja vista que mobiliza algumas noções de outros trabalhos (e.g., NESPOR; VOGEL, 1986; CAGLIARI, 1992; TENANI, 1996; DIK, 1997; CAGLIARI, 2002; CAGLIARI; MASSINI-CAGLIARI, 2003; BISOL, 2014).

5 As propriedades prosódicas das orações relativas padrão

Com base em Hengeveld e Mackenzie (2008), Camacho (2016, p. 298) afirma que a codificação morfossintática de orações relativas apositivas tem as mesmas categorias estruturais da codificação de uma oração relativa restritiva. No entanto, observa-se que essas construções apresentam distinções no que diz respeito à sua codificação no Nível Fonológico, uma vez que não são formuladas da mesma maneira.

Cagliari (2002, p. 51), ao abordar a importância da prosódia na descrição de fatos gramaticais, afirma que um caso mal compreendido nas gramáticas é a discussão das orações adjetivas restritivas e explicativas. O autor esclarece que há duas questões por trás desse debate: (i) “uma de natureza filosófica, que busca na linguagem natural explicações de natureza filosófica (acidente – substância e seus equivalentes) e leva a uma análise idealizada, muitas vezes, da linguagem natural”; (ii) e outra propriamente linguística, em que se vale menos o fato de se

interpretar o mundo “objetivamente” e mais “a visão que o falante tem do mundo e seu modo de interpretá-lo” (CAGLIARI, 2002, p. 51).

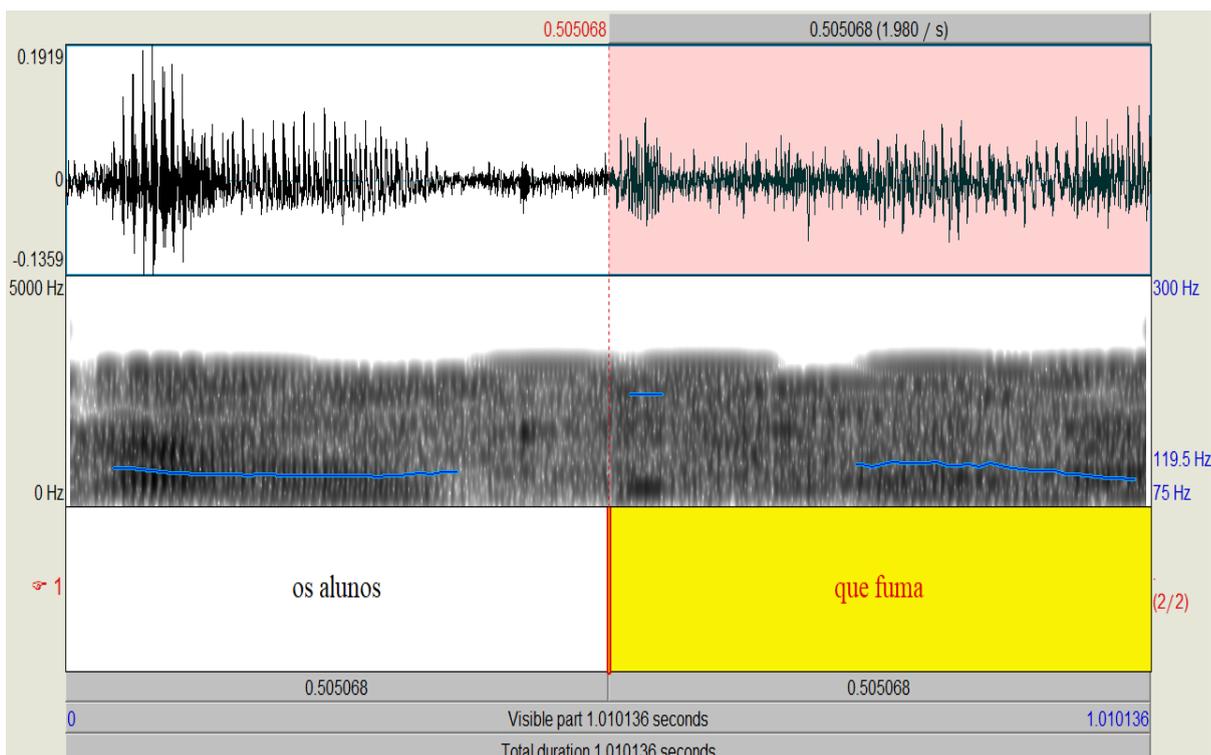
Linguisticamente falando, a diferença entre orações “restritivas” e “explicativas”, de acordo com Cagliari (2002, p. 53), é facilmente identificável, na língua oral, dependendo do modo como Falante realiza foneticamente sua fala, utilizando-se dos recursos de natureza prosódica, conforme é visto nesta seção.

Câmara (2015a, p. 123) verifica que a oração relativa restritiva prototípica não é separada do sintagma nominal que a precede por pausas, assim como não é marcada por variação de velocidade e de tessitura. Na ocorrência em (9), ilustrada na Figura 4, por meio do programa computacional Praat, nota-se que a oração restritiva (*que fuma*) não é separada do núcleo do sintagma nominal que a antecede (*os alunos*) por uma pausa típica dos casos em que há, pragmaticamente, uma Aposição.⁶

(9) Inf.: tem no Ba::/ no Bady Bassit no Ba::/ no Bady ali tem câmara no banhe(i)ro... que é pa pegá(r) os aluno que fuma né?... tá certo que eles qué(r) pegá(r) *os alunos que fuma* mas... ma::/ ma::/ meu irmão contô(u) que o meu irmão estuda ali no Bady né?... que::... os moleque zoaram duas menina por isso/ (AC-015; RO: L. 889-892)

Figura 4 – Análise computacional de *os alunos que fuma*

⁶ A pausa é, para Silva (2015, p. 172), uma “propriedade de organização do discurso que é relacionada com o planejamento temporal da produção da fala”. Além disso, ela apresenta, pois, “uma função aerodinâmica que permite ao falante respirar durante a fala, em momentos oportunos”, como afirma Cagliari (1992, p. 142).



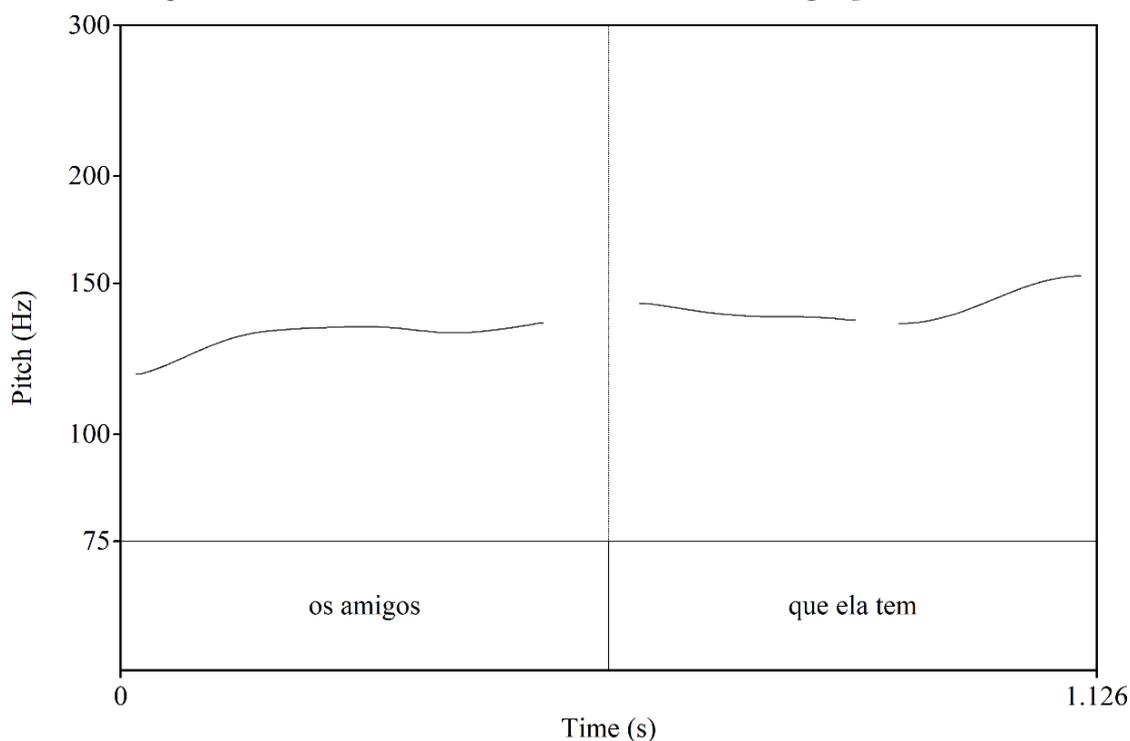
Fonte: autoria própria.

Para Câmara (2015b, p. 24), a oração relativa restritiva configura uma Frase Fonológica, ou seja, um constituinte prosódico que contém, em línguas acentuais, como é o caso do português, uma Sílabas mais fortemente acentuada do que as outras (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 64). Em (9), por exemplo, a Sílabas mais proeminente da Frase Fonológica *que fuma* é /'fu/.

De acordo com Câmara (2015a, p. 167), a oração relativa restritiva pertence ao mesmo contorno entonacional do núcleo nominal que a antecede. Sendo assim, esse tipo de construção não constitui sozinha uma Frase Entonacional, como faz a oração relativa apositiva (CÂMARA, 2015a, p. 132), conforme é visto adiante. No exemplo em (10), ilustrado na Figura 5, verifica-se que não há uma mudança no que diz respeito ao contorno entonacional da relativa restritiva *que ela tem* e de seu antecedente *os amigos*.

- (10) e:: respeitasse muito ma::is minha mãe do que::... *os amigos que ela tem* né? ela:: num:: respeita nem minha mãe dire::ito... essas co::isa (assim)... (AC-011; RO: L. 287-289)

Figura 5 – Gráfico do contorno entonacional de *os amigos que ela tem*⁷



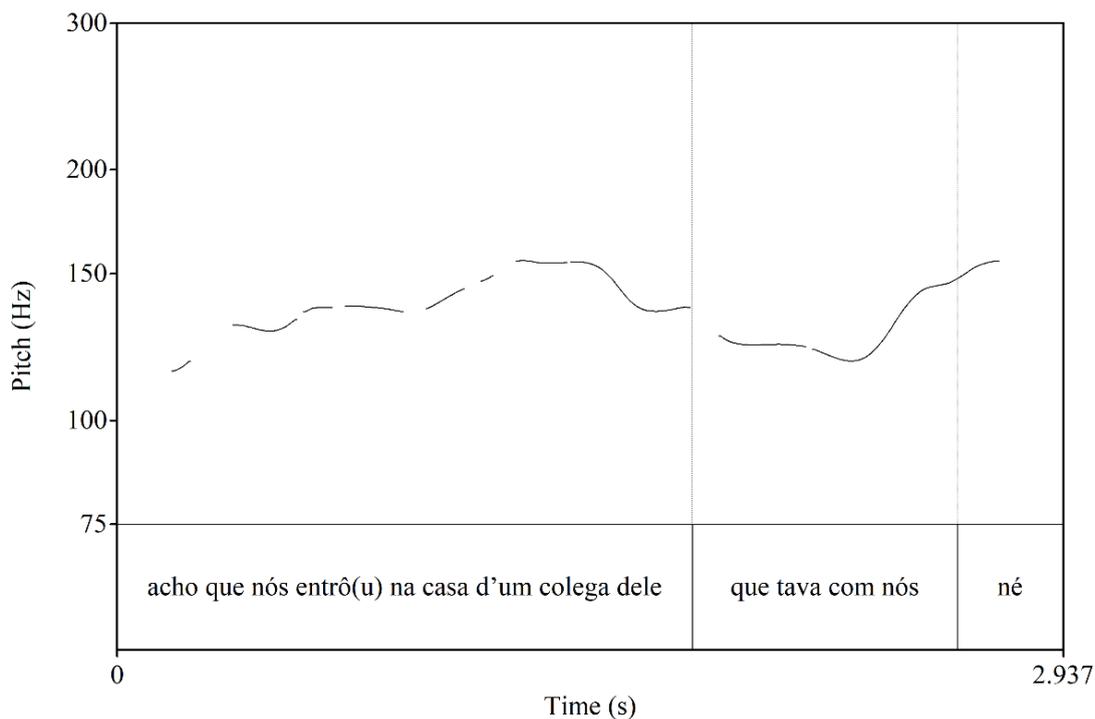
Fonte: autoria própria.

Na ocorrência (11), ilustrada na Figura 6, evidencia-se outro exemplo em que o núcleo nominal e a relativa têm, praticamente, um único contorno melódico. Trata-se de mais um caso de oração relativa restritiva (*que tava com nós*), cuja camada de codificação é a Frase Fonológica. Além disso, nessa ocorrência, observa-se que, após a relativa, há, em termos pragmáticos, o Ato Interativo *né*, que consiste na redução fonética de *não é*, codificado, prosodicamente, como uma unidade de entonação.

- (11) Inf.: acho que nós entrô(u) na casa d'um colega dele **que tava com nós né?**... aí nós ficô(u) lá passô(u) um tempinho lá... aí o moleque fa/ acho que foi embora né? (AC-015; NE: L. 31-32)

Figura 6 - Gráfico do contorno entonacional de *acho que nós entrô(u) na casa d'um colega dele que tava com nós né*

⁷ Conforme Galvão Passetti (2021, p. 92), Boersma e Weenink (2019) sugerem utilizar, para a filtragem da frequência fundamental, um intervalo entre 75 e 300 Hz para falantes do sexo masculino, já que costumam apresentar vozes mais graves. Assim, Barbosa e Silva (2012) orientam suavizar a frequência fundamental dos dados por meio de um filtro de 5 Hz, o que é feito no Praat, para melhor visualização das curvas entonacionais linguisticamente relevantes (cf. GALVÃO PASSETTI, 2021, p. 92).



Fonte: Autoria própria.

De acordo com Câmara (2015a, p. 126), a oração relativa restritiva constitui sozinha uma Frase Entonacional apenas nas situações em que é a segunda oração em uma relação coordenativa entre orações relativas, como é o caso do exemplo em (12), extraído da autora.⁸ No *corpus* em investigação, não foram encontrados casos em que se ilustra esse tipo de ocorrência.

- (12) A: mas, n[...], em contrapartida, eh, nesse, nessas situações em que só estão homens há um ambiente muito especial *que se desenvolve*.
 B: é, muito especial. claro.
 A: e que não precisa de ser equilibrado, não é, (PT95:Futebol:l.59)

No que diz respeito à relação de Aposição, compreende-se, com base em Precioso (2013, p. 348), que esse tipo de construção se constitui, no Nível Interpessoal, de dois Atos Discursivos dependentes. Sendo assim, tanto a oração relativa apositiva quanto a matriz são codificadas como Frases Entonacionais.

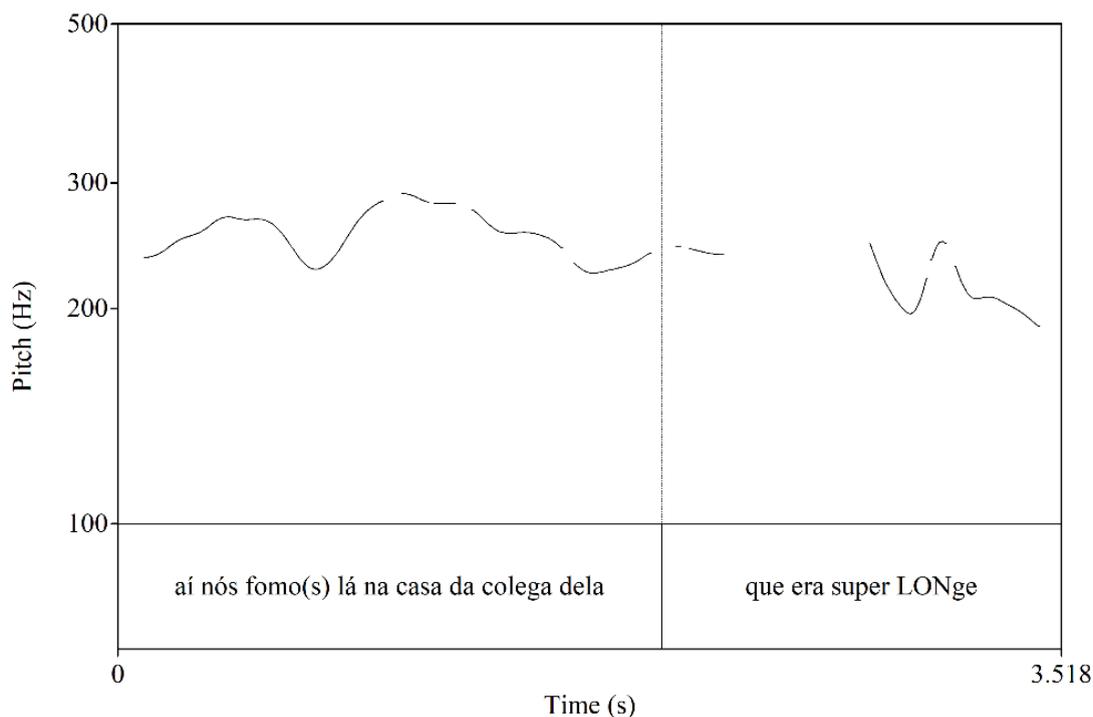
⁸ Trata-se de uma ocorrência que integra o *corpus* Português Falado, elaborado pelo Projeto Português Falado – Variedades Geográficas e Sociais, desenvolvido pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), em parceria com as Universidades de Toulouse-le-Mirail e de Provence Aix-Marseille.

Dik (1997, p. 41-42, *apud* HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 57-58) afirma que as orações relativas apositivas admitem modificadores adverbiais ilocucionários que dispõem de um contorno entonacional independente, o que faz com que sejam analisadas, em termos discursivo-funcionais, como Atos Discursivos. Sendo assim, a oração apositiva é codificada com um contorno melódico independente da oração principal. Em (13), ilustrado na Figura 7, a oração apositiva *que era super LONge* tem um contorno de entonação próprio com relação à oração *aí nós fomo(s) lá na casa da colega dela*.⁹

- (13) [Doc.: ((risos))] *aí nós fomo(s) lá na casa da colega dela **que era super LONge**... fomo(s) lá buscamos o aparelho... aí graças a Deus num vai precisá(r) comprá(r) mais (AC-016; NE: L. 41-43)*

Figura 7 – Gráfico do contorno entonacional da construção *aí nós fomo(s) lá na casa da colega dela que era super LONge*

⁹ Conforme Galvão Passetti (2021, p. 92), Boersma e Weenink (2019) sugerem utilizar, para a filtragem da frequência fundamental, um intervalo entre 100 e 500 Hz para falantes do sexo feminino, já que costumam apresentar vozes mais agudas. Assim, Barbosa e Silva (2012) orientam suavizar a frequência fundamental dos dados por meio de um filtro de 5 Hz, o que é feito no Praat, para melhor visualização das curvas entonacionais linguisticamente relevantes (cf. GALVÃO PASSETTI, 2021, p. 92).



Fonte: autoria própria.

Bisol (2014, p. 268), a partir da proposta de Nespor e Vogel (1986), define a Frase Entonacional com o conjunto de Frases Fonológicas ou somente uma Frase Fonológica que “porte um contorno de entoação identificável”. Considerando o arcabouço teórico da GDF, que também adota parte dos constituintes prosódicos do modelo *relation-based* da Fonologia Prosódica (NESPOR; VOGEL, 1986), uma oração relativa apositiva, diferentemente da restritiva, apresenta um contorno entonacional identificável, dado que, pragmaticamente, assume o estatuto de Ato Discursivo.

Carvalho (2019, p. 141-142) aponta que, segundo Nespor e Vogel (1986), do ponto de vista fonológico, as construções parentéticas e/ou orações adjetivas explicativas formam domínios entonacionais por si mesmas, dado que são independentes sintática e prosodicamente com relação à sentença-raiz. Assim como as orações relativas apositivas, outras construções parentéticas, frases intercaladas e vocativos também tendem a constituir somente uma unidade prosódica (BISOL, 2014, p. 269).

Para Camacho (2016, p. 252), a pausa ou a variação de tessitura que, geralmente, marca a fronteira entre a oração principal e a relativa apositiva indica que se tratam de dois Atos Discursivos, cada qual com força ilocucionária

particular. Conforme Cagliari (1992, p. 140), a tessitura apresenta uma função sintática de destacar ou de marcar elementos que estão “deslocados”. Cagliari e Massini-Cagliari (2003, p. 6), apoiando-se em Halliday (1970) e Cagliari (1982), apontam que a variação de tessitura não deve ser confundida com certas variações que podem ocorrer dentro dos padrões de entonação, principalmente em caso de tons secundários. Desse modo, segundo os autores, é importante observar que as orações relativas, principalmente nos casos em que estão encaixadas, dispõem de um padrão entonacional que mostra, de certo modo, uma espécie de diminuição na tessitura.

De acordo com Cagliari (1992, p. 140), na estruturação do discurso, a tessitura dispõe de um papel “coesivo”, uma vez que tem a função de “lembrar ao ouvinte como conectar coisas ditas antes com coisas ditas depois”. Conforme o autor, o Falante, em uma situação discursiva, usa uma tessitura ao nível mais baixo para dizer algo secundário e retorna ao assunto principal por meio de uma tessitura alta. Assim, nas orações relativas apositivas, que configuram um trecho parentético, como já salientado, o Falante tende a empregar tessitura baixa para introduzir uma informação suplementar acerca do antecedente.

Na literatura linguística, considera-se que oração apositiva se relaciona com as construções parentéticas, na medida em que a configuração prosódica padrão do parêntese é a velocidade de fala rápida e a tessitura baixa (TENANI, 1996, p. 112, *apud* CÂMARA, 2015b, p. 29). Nesse sentido, verifica-se que a mudança de tessitura, por exemplo, tem a função coesiva de destacar comentários complementares do Falante, como afirma Cagliari (1992, *apud* CÂMARA, 2015a, p. 123).

Camacho (2016, p. 299), ao considerar uma amostra das variedades lusófonas do português, aponta que as relativas apositivas contêm, em geral, uma pausa entonacional clara, que, na língua escrita, é marcada, graficamente, pelo uso de vírgula. O autor esclarece ainda que, em alguns casos, além da presença de uma pausa entonacional explícita, na fronteira entre o sintagma nominal e a oração relativa apositiva, podem aparecer Atos Interativos, como *não é*.

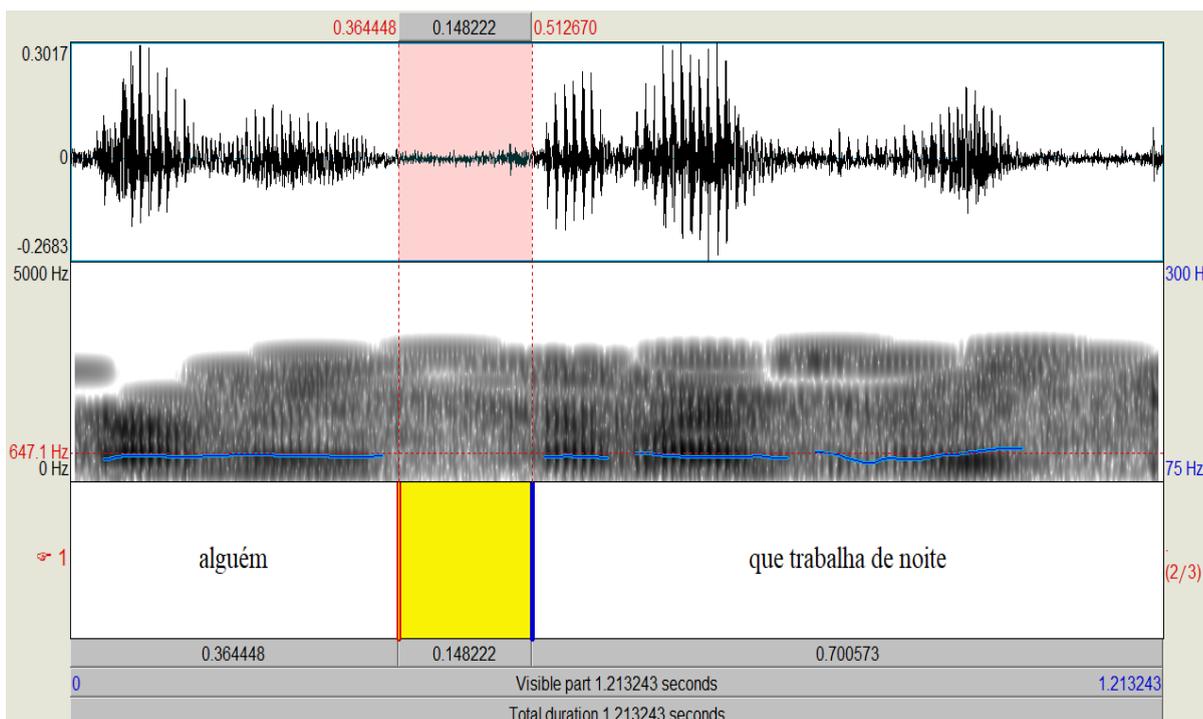
Ao discorrer acerca de dois exemplos de orações adjetivas, Cagliari (2002, p. 52) afirma que, em primeiro lugar, o Falante poderia dizer os dois casos com

ou sem pausa, o que significa que ele pode relacionar a oração subordinada com o termo precedente, da mesma forma fonética. Restaria, então, conforme o autor, “apelar para o significado geral e tirar uma análise e não outra”, não descrevendo linguisticamente o que, de fato, ocorre (CAGLIARI, 2002, p. 52).

Câmara (2015b, p. 31) afirma que a pausa não deve ser considerada uma marca prototípica na delimitação da oração relativa apositiva, uma vez que, em certos casos, não há pausas delimitando a oração relativa, especialmente em seu início. A autora esclarece ainda que um segundo motivo para não se considerar a pausa como uma marca prosódica prototípica é o fato de a relativa restritiva também poder vir acompanhada de pausas no início ou no fim. Desse modo, quando a pausa ocorre com uma oração relativa restritiva, “não tem a função de delimitá-la como um trecho parentético, mas apenas dar tempo ao falante para elaboração de seu discurso” (CÂMARA, 2015b, p. 31). Por último, é imprescindível salientar que a pausa pode ser considerada uma alteração prosodicamente perceptível de mudança de frequência, ou seja, não necessariamente um silêncio (NESPOR; VOGEL, 1986, *apud* CAMACHO, 2016, p. 299). Na ocorrência em (14), ilustrada na Figura 8, observa-se uma ocorrência de pausa no início da oração relativa restritiva.

- (14) e:: à noite acho que todo mundo tá cansa::do né?... que é muit/
muito difícil encontrá(r) alguém *que trabalha de noite* que num est/
que estuda de noite e num trabalha na parte do dia né?... (AC-015;
RO: L. 820-822)

Figura 8 – Análise computacional da pausa no início da oração restritiva *que trabalha de noite*



Fonte: autoria própria.

Considerações finais

Este trabalho propôs-se a verificar, a partir do arcabouço da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008; KEIZER, 2015), os aspectos prosódicos das orações relativas padrão (TARALLO, 1983), restritiva e apositiva, a fim de determinar se a distinção detectada entre essas duas construções nos níveis de formulação linguística se reflete na codificação fonológica.

No que diz respeito à oração relativa apositiva, parte-se do pressuposto de que essa construção é definida no Nível Interpessoal, haja vista que configura um Ato Discursivo Subsidiário, com a função retórica de Aposição, em relação de dependência com um Ato Discursivo Nuclear. Nesse sentido, ela é codificada, no Nível Fonológico, como uma Frase Entonacional, uma vez que dispõe de um contorno entonacional independente e se configura como um trecho parentético, apresentando, no Componente de Saída Acústico, pausas explícitas, velocidade de fala rápida e tessitura baixa.

A relativa restritiva, por sua vez, é definida no Nível Representacional, visto que se configura como um modificador do núcleo nominal que a antecede.

Desse modo, no Nível Fonológico, essa oração é codificada como uma Frase Fonológica, apresentando, assim, o mesmo contorno entonacional com relação ao núcleo nominal que a precede e uma Sílabas mais fortemente acentuada do que as outras.

Neste estudo, por meio do programa computacional Praat e da literatura corrente, mostra-se a codificação fonológica de cada uma das construções em investigação, que confirma a diferença entre elas efetuada nos níveis Interpessoal e Representacional. Evidencia-se, portanto, que, a depender dos propósitos comunicativos do Falante, as construções são formuladas de maneiras distintas e, conseqüentemente, codificadas, no Nível Fonológico, com propriedades prosódicas peculiares.

Como citar este artigo?

TOJEIRA-RAMOS, Juan Prete.; PEZATTI, Erotilde Goreti. As propriedades prosódicas da oração relativa padrão sob a abordagem da Gramática Discursivo-Funcional. *Mosaico*, São José do Rio Preto, v. 21, n. 01, p. 143-171, 2022.

Referências

BARBOSA, Plínio Almeida; SILVA, Wellington da. A New Methodology for Comparing Speech Rhythm Structure between Utterances: Beyond Typological Approaches. In: *INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMPUTATIONAL PROCESSING OF THE PORTUGUESE LANGUAGE*, 10., 2012, Coimbra. *Proceedings* [...]. Heidelberg: Springer, 2012. p. 329-337. Lecture Notes in Computer Science (LNCS, v. 7243) book series.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 39. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BISOL, Leda. Os constituintes prosódicos. In: BISOL, Leda (org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 5. ed. rev. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

BOERSMA, Paul; WEENINK, David. *Configuring the pitch contour*, 2019. Disponível em: https://www.fon.hum.uva.nl/praat/manual/Intro_4_2__Configuring_the_pitch_contour.html.

AS PROPRIEDADES PROSÓDICAS DA ORAÇÃO RELATIVA PADRÃO SOB A ABORDAGEM DA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

BROWN, Gillian; YULE, George. *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Elementos de Fonética do Português Brasileiro*. Tese de Livre-Docência. Campinas: UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), 1982.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Prosódica: algumas funções dos supra-segmentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 23, p. 137-151, jul./dez., 1992.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Da importância prosódica de fatos gramaticais. In: ILARI, Rodolfo. (Org.). *Gramática do português falado*. Volume II: Níveis de análise linguística. 4. ed. rev. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

CAGLIARI, Luiz Carlos; MASSINI-CAGLIARI, Gládis. O papel da tessitura dentro da prosódia portuguesa. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês. *Razões e emoção: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

CAMACHO, Roberto Gomes. Construções relativas sob a perspectiva discursivo-funcional. In: SOUZA, Edson Rosa Francisco de. (org.). *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012, v. 1. p. 171-200.

CAMACHO, Roberto Gomes. As orações relativas. In: PEZATTI, Erotilde Goreti. (org.). *Construções subordinadas na lusofonia: uma abordagem discursivo-funcional*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2016. p. 249-306.

CÂMARA, Aliana Lopes. *A oração relativa em português sob a perspectiva discursivo-funcional: interface entre a descrição e o ensino*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Câmpus de São José do Rio Preto, 2015a.

CÂMARA, Aliana Lopes. A construção relativa no português brasileiro: aspectos prosódicos delimitativos. *Estudos Linguísticos* (São Paulo. 1978), v. 44, n. 1, p. 24-37, 2015b.

CÂMARA, Aliana Lopes. A oração subordinada adjetiva na produção de sentidos no texto: a perspectiva dos livros didáticos de língua portuguesa do Ensino Médio. *Filologia e Linguística Portuguesa, [S. l.]*, v. 18, n. 2, p. 319-355, 2016. DOI: 10.11606/issn.2176-9419.v18i2p319-355. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/109066>. Acesso em: 17 set. 2021.

CARVALHO, Tainan Garcia. *Usos de vírgulas em textos do Ensino Fundamental II: um estudo longitudinal*. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. São José do Rio Preto, 2019.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DIK, Simon Cornelis. *The theory of Functional Grammar*. Part II – Complex and derived constructions. New York: Mouton de Gruyter, 1997.

FONSECA, Mariana Fernandes. A correlação entre os contornos melódicos e suas respectivas funções pragmáticas: um estudo experimental. *Entrepalavras, [S.l.]*, v. 10, n. 1, p. 346-361, abr. 2020.

GALVÃO PASSETTI, Gabriel Henrique. *Coordenação de constituintes não oracionais por meio de mas nas variedades portuguesas sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional: Concessão e Contraste*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Câmpus de São José do Rio Preto, 2021.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. *Banco de dados Iboruna: amostras de fala do interior paulista*. Disponível em <<http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>>. 2007.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *A Course in spoken English: intonation*. London: Oxford University Press, 1970.

HAYES, Bruce. The prosodic hierarchy in meter. In: KIPARSKY, Paul; YOUMANS, Gilbert (Eds.). *Rhythm and Meter*. Orlando, FA: Academic Press, 1989.

HENGEVELD, Kees. The architecture of a functional discourse grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. de los A. (Ed.) *A new architecture for functional grammar*. Berlin/New Cork, Mouton de Gruyter: 2004a. p. 01-21.

HENGEVELD, Kees. Epilogue. In: MACKENZIE, John Lachlan; GÓMEZ-GONZÁLEZ, María de los Angeles (Ed.), *A new architecture for functional grammar*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2004b. p. 365-378.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, John Lachlan. *Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, John Lachlan. Gramática discursivo-funcional. Trad. Marize Mattos Dall’Aglio-Hattner. In: SOUZA, Edson Rosa Francisco de. (Org.). *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012. v. 1, p. 43-85.

KEIZER, Evelien. *A Functional Discourse Grammar for English*. United Kingdom: Oxford University Press, 2015.

LEVELT, William. *Speaking*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 50. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

NESPOR, Marina; VOGEL, Irene. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris, 1986.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

OLIVEIRA-CODINHOTO, Gabriela Maria de. *A acessibilidade das construções relativas e a aquisição da escrita*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Câmpus de São José do Rio Preto, 2016.

PEZATTI, Erotilde Goreti. Clivagem e construções similares sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 48, p. 112-126, jan.-abr. 2013.

PEZATTI, Erotilde Goreti; CÂMARA, Aliana Lopes. Da descrição ao ensino da oração adjetiva: a perspectiva dos livros didáticos de língua portuguesa. *Linguística*, Montevideu, v. 30, n. 2, p. 141-170, 2014.

PRECIOSO, Aliana Câmara. Estudo discursivo-funcional das construções relativas na lusofonia: reflexões sobre o ensino. *Filologia e Linguística Portuguesa*, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 335-360, 2013.

SILVA, Thais Cristóforo. *Dicionário de Fonética e Fonologia*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

SOUZA e SILVA, Maria Cecília P. de; KOCH, Ingedore Villaça. *Linguística aplicada ao português: sintaxe*. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TARALLO, Fernando. *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Pennsylvania, Philadelphia, 1983.

TENANI, Luciani Ester. *Análise prosódica das inserções parentéticas no corpus do Projeto da Gramática do Português Falado*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

TOJEIRA-RAMOS, Juan Prete. *Relatório Científico Parcial do projeto de pesquisa intitulado ‘O uso dos pronomes relativos no português falado e escrito por adolescentes no interior do estado de São Paulo’, encaminhado à FAPESP (Proc. Nº. 2020/15623-7) em outubro de 2021*. 2021. (Relatório de pesquisa).

TOJEIRA-RAMOS, J. P.; PEZATTI, E. G.

TOJEIRA-RAMOS, Juan Prete. *Relatório Científico Final do projeto de pesquisa intitulado 'O uso dos pronomes relativos no português falado e escrito por adolescentes no interior do estado de São Paulo', encaminhado à FAPESP (Proc. Nº. 2020/15623-7) em fevereiro de 2022.* 2022. (Relatório de pesquisa).

TOJEIRA-RAMOS, Juan Prete.; PEZATTI, Erotilde Goreti. A oração relativa apositiva no português escrito por adolescentes do noroeste paulista sob a abordagem discursivo-funcional. *Mosaico*. São José do Rio Preto, v. 20, n. 1, p. 259-282, 2021.